

AValiação DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E O PROFESSOR: ESTUDO BASEADO EM DISSERTAÇÕES

GT 5: EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Trabalho completo

Dinalva Dias da SILVA (Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva/PROFEI-UFMT)
dinalva.silva.ufmt.t4@gmail.com

Tatiane Lebre DIAS (Docente do PROFEI-UFMT)
tatiane.dias@ufmt.br

Resumo

Estudos recentes evidenciam aumento na população de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este trabalho analisou a produção de dissertações com temáticas relacionadas às crianças com TEA. Foram analisadas 32 dissertações publicadas entre 2019 e 2023. Os resultados apontaram: a) em 2023 houve maior número de publicação; b) estudos defendidos em instituições públicas; c) predomínio de metodologia qualitativas; d) os participantes na maioria foi professor, seguida da categoria outros, como pais, equipes pedagógicas e juízes; e) questionários e entrevistas foi o instrumental mais utilizado. Observa-se a necessidade de outros estudos que aprofundem a análise quanto aos resultados encontrados.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Professor. Criança.

1 Introdução

De acordo com o American Psychiatry Association [APA] (2023), no Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão presentes déficits persistentes na comunicação e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, se apresentam precocemente no período de desenvolvimento, podendo se intensificar diante de demandas sociais e causam prejuízos clínicos significativos. Cabe ressaltar que “Essas perturbações não são mais explicadas por transtorno do desenvolvimento intelectual (deficiência intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento” (APA, 2023, p. 63).

O TEA apresenta três níveis de suporte, sendo o nível I exigindo pouco apoio, mas que sem ele ocorre prejuízos na comunicação social. O nível II exige apoio substancial que mesmo na presença desse suporte a pessoa com TEA apresenta déficits graves na comunicação social. Já o nível III exige muito apoio substancial, apresentando prejuízos graves de funcionamento e na comunicação social (APA, 2023).

De acordo com dados do Centers for Disease Control and Prevention (CDCP) (Paiva Junior, 2023) nos Estados Unidos da América (EUA) houve um aumento expressivo de casos de autismo entre os anos de 2000 e 2023. Nesse período, em intervalos de 2 anos foi verificado um aumento gradual de indivíduos com TEA na população, de modo que em 2002, foi indicado

1 indivíduo para 150, em 2020 verificou-se a presença de 1 indivíduo para 36. Dados apresentados pelo American Psychiatry Association [APA] (2023), indicam que nos Estados Unidos a frequência do TEA ficou em torno de 1 e 2%, sendo esse percentual similar para crianças e adultos. Essa prevalência pode ser afetada em função de diagnósticos errôneos ou tardios.

No Brasil as informações referentes aos indivíduos com TEA passou a ser incluídos nos estudo estatísticos a partir da sanção da Lei 13.861/19 (Brasil, 2019), em que passou a inserir perguntas sobre o autismo nos formulários. Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) principal fornecedor de dados do país acrescentou no censo demográfico de 2022 a pergunta sobre autismo, assim exposta “Já foi diagnosticado (a) com autismo por algum profissional de saúde?” (IBGE, 2022). De todo modo, de acordo com o Relatório “Retratos do Autismo no Brasil em 2023” realizado pela Genial Care (2024), as estimativas para o país estão em torno de 2 milhões de pessoas, porém somente em 2024 será possível uma previsão.

Em termos de legislação de garantia de direito à essa população, cabe destacar a Lei 12.764 (Brasil, 2012), também conhecida como Lei Berenice Piana que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Nesse documento, cabe destacar o Art. 3º- inciso IV que versa sobre acesso da pessoa com TEA “a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social”.

A educação especial inclusiva nas últimas décadas é pauta de políticas públicas que envolve vários setores na sociedade e governo. A seguir destaca-se alguns eventos que contribuíram para os avanços significativos no Brasil. Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) indica a matrícula dos “excepcionais” reconhecendo a importância da sua educação na rede regular de ensino (Brasil, 1961). Em 1971 é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) para elaborar ações. A partir de 1988 com a constituição em seu Art. 6º garante o direito social a educação (emenda Constitucional nº 64, de 2010) a educação especial passa a ser considerada política pública de caráter universal. Na década de 1990 inicia o discurso de inclusão no sistema educacional brasileiro através do documento “Tendências e desafios da Educação especial” onde afirmava a importância da inclusão no ensino regular, seu conceito, oportunidades e participação dos pais. Com a nova LDB (Brasil, 1996) matrículas de alunos com deficiência nas escolas.

Nos anos de 2004 a 2011 o governo adota os termos em seu plano plurianual, (plano Brasil de todos participação e inclusão e plano com desenvolvimento com inclusão social e

educação de qualidade). No país a publicação da Lei 12.764 (Brasil, 2012), que reconhece toda pessoa com transtorno do espectro autista como deficiente e garante os mesmos direitos, surge em decorrência dos movimentos históricos em prol a políticas de acesso à educação e saúde.

Na educação a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015) - Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou estatuto da pessoa com deficiência é a principal legislação sobre educação inclusiva em vigor no país. Em seu Art. 27 assegura o sistema educacional inclusivo. Em outro aspecto, tem-se o atendimento educacional especializado que oferece suporte as pessoas com deficiência e está assegurado na constituição. No Art. 3º da referida Lei fala sobre as salas de recursos multifuncionais, onde tem equipamentos mobiliário e materiais didáticos e pedagógicos para o atendimento (Brasil, 2011).

O mais recente decreto que instituía a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) em 2020 que através do Decreto nº 10.502 dando o direito as famílias escolherem onde matricular seu filho, em escola regular, especializadas ou bilingues de surdos. Com o PNEE as escolas poderiam receber recursos para instalação de salas multifuncional ou específicas, curso de formação inicial ou continuada aos professores, melhorar o aspecto físico da escola e criar ou aprimorar os centros existentes de atendimento educacional especializado. Entretanto no mesmo ano o STF suspendeu o decreto porque foi considerado inconstitucional.

Apesar dos avanços na política educacional inclusiva, os professores têm apresentado muitas dificuldades para lidar com as crianças com TEA. Segundo Matos e Mendes (2015, apud Camargo et al, 2020) apontam que, além da garantia da educação de deficientes, como os professores podem proporcionar um ensino de qualidade que atenda às necessidades educacionais que assegure o avanço e a permanência escolar.

Bossa et al (2016, apud Camargo et al, 2020) evidenciam que essa atuação é primordial para acontecer a inclusão escolar de modo adequado. É fundamental que toda equipe escolar conheça e entenda sobre autismo e cada área possa compreender juntas dando o seu melhor. Para Brites e Brites (2019, apud Silva, 2021), a formação continuada para professores que recebe as crianças com TEA é fundamental para que a prática pedagógica focada no desenvolvimento da criança se efetive com conhecimento e segurança, pensando.

A partir dessa contextualização, este trabalho teve por objetivo analisar a produção de dissertações com temáticas relacionadas às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2 Metodologia

O presente estudo refere-se a uma pesquisa do tipo descritiva, retrospectiva e bibliométrica, realizado através de revisão de literatura. O material para análise incluiu dissertações de mestrado registradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

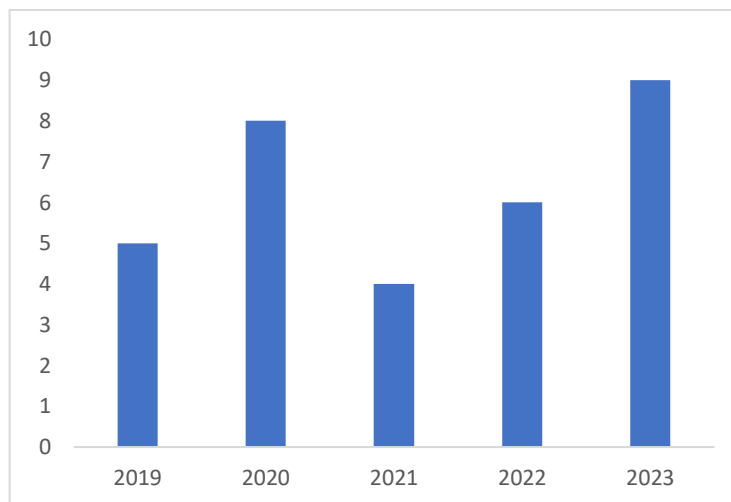
Para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma revisão de literatura, em que se buscou responder à seguinte questão: as avaliações de crianças com TEA envolveram o professor? Na tentativa de responder à questão, utilizou-se a estratégia PECO que é um acrônimo (P = população; E= exposição; C = comparação; O = desfecho), para estudos de revisão. Assim, aplicando a estratégia PECO neste estudo, tem-se a seguinte configuração: P: crianças com TEA; E= avaliação; C= professor e outros profissionais; O= professor incluído na avaliação.

Para a estratégia de busca foram utilizados os seguintes descritores: Transtorno de Espectro Autista *or* TEA *and* Professor *and* Avaliação. Foram incluídas as dissertações publicadas no período de 2019 a 2023. A análise foi realizada com base na leitura do resumo da dissertação. Como critério de inclusão adotou-se: a) trabalhos realizados com crianças na educação infantil e ensino fundamental; b) trabalhos que incluíram na avaliação professor e outros participantes (como profissionais e pais). Foram excluídos trabalhos: a) sem acesso integral, b) estudos que não incluíram TEA. No total foram encontradas 32 dissertações.

3 Resultados e discussão

Em relação ao número de dissertações publicadas no período do levantamento, verificou-se maior publicação no ano de 2020, seguido do ano de 2023 (Gráfico 1). A distribuição por ano das publicações de dissertações sobre a temática deste estudo, demonstra o interesse dos pesquisadores, podendo estar relacionado aos dados que indicam aumento na população de indivíduos com TEA no país (Genial Care, 2023). Em um levantamento realizado pelo Canal Autismo (Bandeira, 2023) em que participaram 2.200 respondentes, desse total 13,8% foram pessoas autistas, 65% se identificaram com o gênero feminino, 49,33% relataram presença de condição crônica de saúde e 50% afirmaram carência quanto ao acesso a recursos e suportes para as necessidades das pessoas autistas.

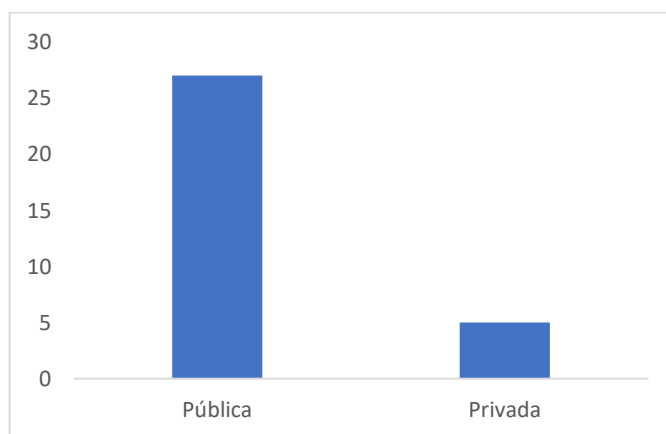
Gráfico 1 – Publicações de dissertações no período de 2019 a 2023, com os descritores “Transtorno de Espectro Autista or TEA and Professor and Avaliação” (n=32)



Fonte: Autoria própria (2024)

Quanto à origem institucional onde as dissertações foram produzidas, o Gráfico 2 evidencia que a maioria ocorreu em Instituições de Ensino Superior (IES) pública. Esse resultado historicamente pode ser atribuído à expansão de programas de pós-graduação no país, principalmente na área da Educação. Em estudo recente sobre essa temática Neto et al. (2023) verificou aumento de discentes nesses programas, a persistência de assimetria por regiões do país e a participação tímida do setor privado quando comparada ao público. De acordo com os autores, cabe ressaltar que no ano de 2020 foi registrado uma diminuição nos indicadores investigados.

Gráfico 2 – Instituições de Ensino Superior (IES) onde foram produzidas as dissertações (n= 32)

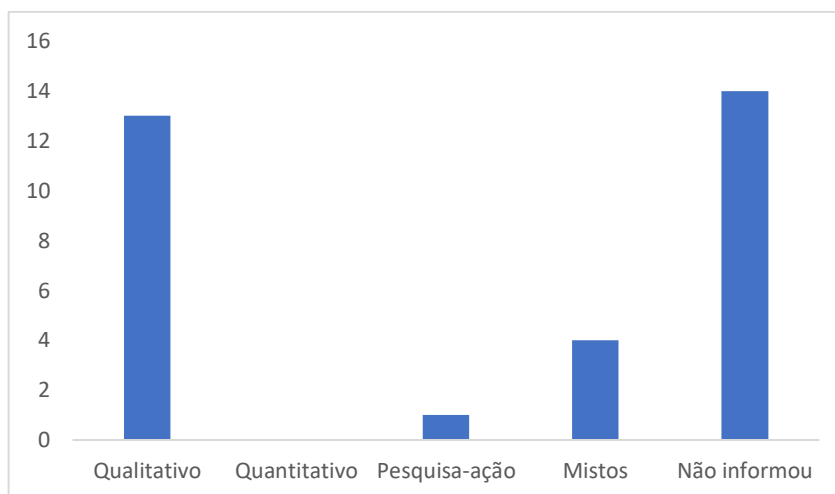


Fonte: Autoria própria (2024)

Em relação à metodologia desenvolvida, de acordo com os critérios adotados observa-se uma presença de estudos qualitativos e estudos que identificaram pesquisa ação. A partir da

leitura do resumo verificou-se ausência de informações sobre a metodologia desenvolvida no estudo.

Gráfico 3 – Metodologia desenvolvida nas dissertações (n=32)



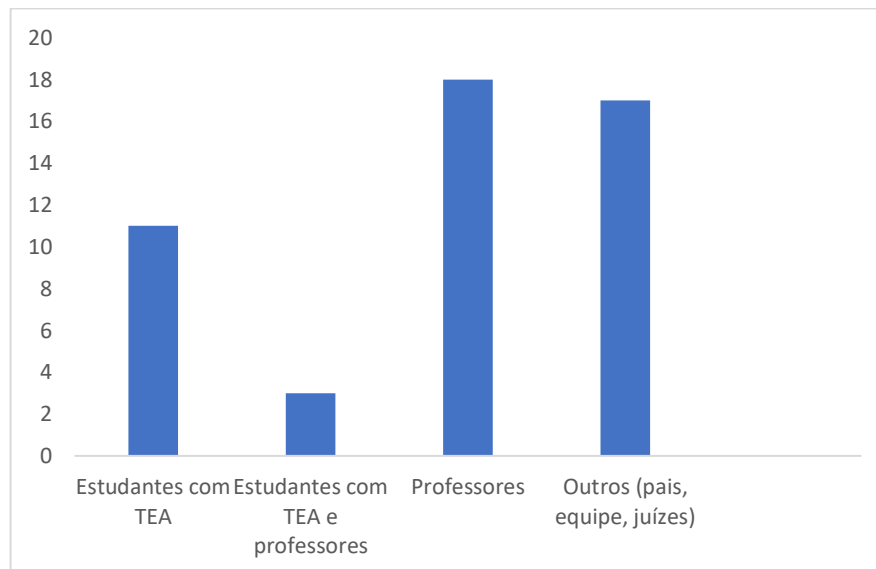
Fonte: Autoria própria (2024)

No que se refere aos participantes dos estudos de acordo com o Gráfico 4, verifica-se que houve maior número de trabalhos com participantes professores, seguido de outros perfis (como pais, profissionais, especialistas). Os avanços na política de inclusão escolar mostraram a importância de investigar todos os atores presentes nesse universo, como pais, equipe escolar, profissionais que atuam no suporte ao indivíduo com TEA.

Em particular, no que se refere ao professor destaca-se o aumento expressivo de trabalhos, com objetivo de conhecer as necessidades e dificuldades desses profissionais. Em estudo que investigou os conhecimentos e necessidade de professores Favoretto e Lamônica (2014), constataram a carência de informações dos professores sobre o TEA. Já sobre os sentimentos e prática dos docentes no processo de inclusão escolar de pessoas com TEA Weizenmann et al (2020), encontram medo e insegurança como primeiros sentimentos, seguidos de segurança no trabalho e, na prática pedagógicas adequações foram realizadas considerando as características de cada aluno.



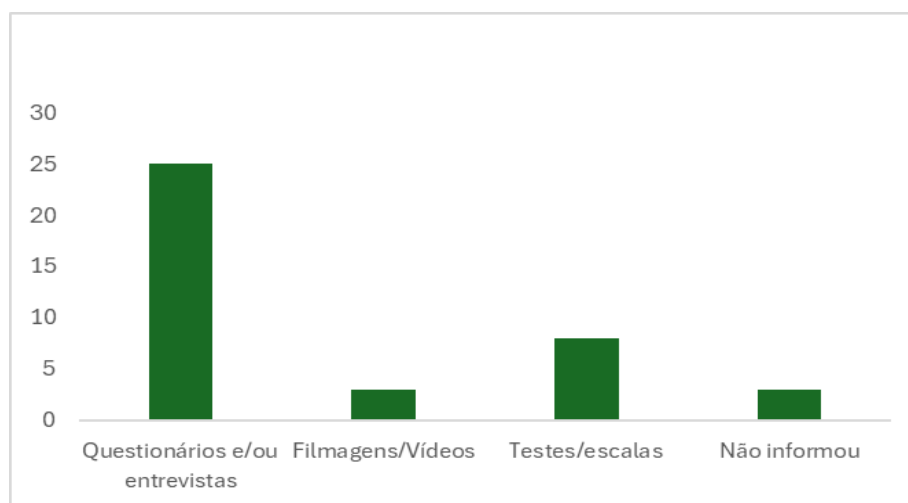
Figura 4 – Perfil dos participantes nas dissertações



Fonte: Autoria própria (2024).

Quanto ao instrumental usado nos estudos, de acordo com o Gráfico 5, nota-se que a maioria usou questionários e/ou entrevistas seguido de testes/escalas.

Gráfico 5 – Instrumental usado nos estudos



Fonte: Autoria própria (2024)

O uso de entrevista e/ou questionários corrobora o resultado anterior sobre o perfil metodológico encontrado, em que se observou a presença de estudos de natureza qualitativa. Em particular, sobre a entrevista em estudo no contexto educativo, Reste (2015) verificou que esse artefato possibilitou uma metarreflexão e construção de uma ponte de transição entre o

aspecto epistemológico e o ecológico, no qual os participantes se perceberam como agentes conscientes e ativos nos processos de mudança na escola.

Quanto ao uso de testes/escalas nas pesquisas em contextos educativos, ainda há muito o que se investigar e refletir. De acordo com Jesus et al (2022), no atual contexto de investigação baseada em fontes de evidências, esse cenário se apresenta na avaliação educacional em larga escala. A partir de análise de relatórios, os autores verificaram que não foram apresentadas evidências de validade suficientes em relação aos testes educacionais analisados, demonstrando a necessidade de conhecimento técnico que os pesquisadores precisam desenvolver para a validação de testes educacionais.

4 Considerações finais

Os resultados encontrados demonstram que houve maior publicação da temática no ano de 2023, sendo provenientes de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Em relação à metodologia observou-se uma predominância da abordagem qualitativa, sendo a pesquisa-ação identificada em trabalhos. Quanto aos participantes o professor esteve na maior parte deles, seguido por estudos envolvendo pais, equipes pedagógicas e de profissionais, juízes, entre outros. No instrumental verificou-se predomínio de questionários e entrevistas.

De modo geral podemos considerar que existe interesse na pesquisa envolvendo o professor e aspectos de avaliação em relação às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entretanto, observa-se a necessidade de aprofundar o estudo, principalmente, no que se refere aos resultados encontrados e possíveis contribuições geradas para a educação inclusiva.

No que se refere à produção na Pós-Graduação, esta vem aumentando as investigações na área da educação inclusiva, em especial, às crianças com TEA e o professor. Cabe ressaltar também, os estudos envolvendo outros atores participantes da dimensão educativa como pais, equipes pedagógicas, profissionais de outras áreas (fonoaudiologia, fisioterapia, psicopedagogia). Nessa perspectiva, cabe destacar a contribuição das políticas públicas desenvolvidas ao longo dos últimos anos em relação à educação inclusiva, propiciando o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

Referências

ASSOCIATION, AMERICAN PSYCHIATRIC. **Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-5-TR**. 2023. [E-book]. Texto Revisado. Porto Alegre: Grupo A.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558820949/>



BANDEIRA, G. **Canal Autismo**. Retratos do autismo no Brasil em 2023. 2023. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/retratos-do-autismo-no-brasil-em-2023/>

BRASIL. 2015, Lei n. 13.146, de. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 29 de setembro de 2024.

BRASIL. 2012, Lei n. 12.764, Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm; Acesso em: 29 de setembro de 2024.

BRASIL. 2020, Decreto n.10.502, institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm; acesso em: 29 de setembro de 2024.

CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em revista, v. 36, p. e214220, 2020.

DA SILVA, Raissa Maria Aragão. Contribuições da formação continuada de professores frente ao transtorno do espectro autista. Revista diálogos e perspectivas em educação especial, v. 8, n. 1, p. 71-82, 2021.

FAVORETTO, N. C.; N. C.; LAMÔNICA, D. A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Rev. Bras. Educ. Espec.** 20(1), 2014. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100008>

JESUS, G. R.; RÊGO, R. M. L.; SOUZA, V. V. A questão da validade na avaliação educacional brasileira. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** 30, 114, 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003002362>

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 41-58, 2011
NETO, F. E. P.; LOPES, J. M. R.; NUNES, J. B. C.; FERREIRA FILHO, L. N. A expansão da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, e263111, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349263111por>

RESTE, C. D. O potencial da entrevista em contexto educativo: uma experiência investigativa. **Educ. Rev.** 31, 4, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-4698138927>



SemiEdu 2024
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicol. Esc. Educ.** 24, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>

Realização

